PROVA TIPO X - CONCURSO FUNDASE RN -

Direito Administrativo e Administração Pública

QUESTÕES DE 16 a 25

Prof. Diogo Surdi

QUESTÃO NÚMERO

GABARITO PRELIMINAR:

COMENTÁRIO:

16-Letra e.

Em um dos seus sentidos, o princípio da impessoalidade pode ser entendido como a vedação à promoção pessoal de agentes e autoridades. Neste contexto, as atividades desempenhadas pelos agentes são consideradas como editadas pelo órgão ao qual pertencem.

17-Letra c.

Por meio do princípio da tutela, também chamado de controle ou supervisão ministerial, as entidades da Administração Indireta ficam vinculadas ao ente federativo instituidor. Esta vinculação é realizada com a finalidade de verificar se as entidades estão desempenhando as atividades para as quais foram instituídas.

18-Letra d.

Assim como afirmado, uma das situações em que o texto constitucional autoriza a acumulação remunerada de cargos públicos, caso haja compatibilidade de horários, é para dois cargos de professor.

Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos

públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

2

19-Letra c.

Em nosso ordenamento jurídico, o prazo de validade do concurso público é de até 2 anos, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

20-Lertra a.

Os poderes administrativos, conforme afirmado na alternativa A, são considerados prerrogativas instrumentais, uma vez que é por meio de tais poderes que os agentes públicos conseguem realizar as atividades inseridas no âmbito de sua competência e, em última análise, alcançar o bem estar da coletividade.

21-Letra e.

Por meio do atributo da autoexecutoriedade, a Administração Pública pode colocar os seus atos em prática (mesmo os decorrentes do poder de

polícia) sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário.

22-Letra b.

A extinção do ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade ocorre com a revogação. Neste caso, o que é levado em conta é o mérito administrativo, de forma que apenas a Administração Pública que editou p ato é que possui competência para efetuar a revogação.

3

23-Letra a.

Os órgãos públicos são criados por meio da desconcentração, não possuindo personalidade jurídica própria. Logo, é possível verificar que a alternativa correta é a Letra A.

24-Letra b.

A Administração Indireta é formada por quatro diferentes tipos de entidades, a saber: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. Logo, os itens 1 e 4 estão corretos.

25-Letra d.

A Lei de Acesso à Informação representou um marco da sedimentação do princípio da publicidade. Após a edição da norma, a transparência passou a ser a regra, sendo o sigilo a exceção.

Diogo Surdi

Formado em Administração Pública e professor de Direito Administrativo em diversos cursos preparatórios para concursos. Obteve diversas aprovações em concursos públicos, dentre as quais se destacam: Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (2014), Analista Judiciário do TRT-SC (2013), Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (2012) e Técnico Judiciário dos seguintes órgãos: TRT-SC, TRT-RS, TRE-SC, TRE-RS, TRT-MS e MPU.

Gran Cursos Online